



COMUNICAÇÃO DE INTERRUPÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADES

PROTOCOLLO N°

TIPO: ☐ Autônomo / Profissional Liberal (CPF) ☐ Microempreendedor Individual - MEI (CNPJ) ☐ Demais - Empresa / Entidade (CNPJ)

1 - DADOS DO CONTRIBUINTE

CNPJ / CPF		INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
NOME / RAZÃO SOCIAL			
DATA ABERTURA CNPJ	DATA INICIO DE ATIVIDADE EM CONTAGEM	DATA (INÍCIO) DE INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES	

2 - DADOS DO REGISTRO DA EMPRESA

☐ JUCEMG ☐ CARTORIO/OUTRO ORGÃO	NIRE Nº ou Nº LIVRO / FOLHA	DATA DO REGISTRO
---	-----------------------------	------------------

3 - DADOS DO(A) RESPONSÁVEL PELA GUARDA DOS DOCUMENTOS

NOME COMPLETO			CPF
LOGRADOURO			Nº / COMPL.
BAIRRO	CEP	CIDADE	
TELEFONE FIXO	TELEFONE CELULAR	FAX	
E-MAIL			

4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5 - DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

> Autônomo / Profissional Liberal:

- Requerimento preenchido, sem rasuras e assinado;
- Documento de identificação com foto, RG e CPF;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Outros documentos comprobatórios (CTPS, Contrato Social), quando o início da interrupção temporária das atividades for anterior à do presente pedido;
- Guia de Preco Público e comprovante de recolhimento;

> MEI, Empresas e Demais Entidades:

- Requerimento preenchido, sem rasuras e assinado;
- Ato de interrupção temporária de atividades devidamente registrado em órgão competente (JUCEMG, Cartório, OAB);
- CNPJ com indicação de interrupção temporária de atividades;
- Comprovante de endereço do responsável pela guarda dos documentos;
- Guia de Preço Público e comprovante de recolhimento, salvo os casos de isenção previstos na legislação municipal.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, portador(a) da CI Nº _____, responsabilizo-me, para todos os efeitos, pela veracidade das informações declaradas, ciente de que qualquer informação falsa constitui, independente das sanções administrativas cabíveis, crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal. Estou ciente de que fica facultado à Fazenda Pública Municipal apurar a veracidade das informações e fatos pertinentes à tributação e o cumprimento das obrigações acessórias nos termos da legislação municipal aplicável. Estou ciente da obrigação de informar, por escrito, a alteração do endereço de guarda dos documentos fiscais, no prazo de 30(trinta) dias. Nestes termos, pede deferimento.

Local e data

Assinatura do representante legal